

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E FORMAÇÃO POLÍTICA: OS ASPECTOS FORMATIVOS DO MOVIMENTO SOCIAL

Nathália Potiguara Moraes

Mestranda/UFRN

nathaliapotiguara@gmail.com

RESUMO

O fenômeno da população em situação de rua é originado por múltiplas determinações, dentre as mais recorrentes, encontra-se a configuração da sociedade capitalista vigente, produzindo e reproduzindo os processos de acumulação do capital que, por sua vez, resulta na composição do cenário de pobreza presente na sociedade capitalista desigual e excludente. Diante deste cenário, a população em situação de rua compõe a parte marginalizada e estigmatizada pela sociedade, que não reconhece seu modo de vida e despreza sua visível invisibilidade. Pela falta de oportunidade ou de adversidades que se expressam de diversas maneiras, este segmento tem seus caminhos traçados à pobreza e sofrem diariamente violações de direitos básicos à dignidade humana. Como forma de embate, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), surge em 2005 contrariando a opinião de que essas pessoas podem e preferem sobreviver por meio de práticas assistencialistas e de caridade, desafia também a errônea ideia de que seriam incapazes de se organizar e reivindicar seus direitos através da mobilização política. Neste sentido, esta pesquisa busca compreender como o processo de formação política desenvolvido pelas lideranças do MNPR/RN atua na dimensão da organização política e fortalecimento da luta, na construção da consciência política por parte dos indivíduos envolvidos e na dimensão das relações sociais que esta atividade, enquanto prática educativa provoca. Como ponto de partida, compreende-se por prática educativa processos de aprendizagem que se desenvolvem também fora dos canais institucionais, e que não se resumem à apreensão de conteúdos escolares formais aprendidos através de técnicas. Esta pesquisa revela as peculiaridades e o potencial do segmento estudado, compreendido a partir das vivências junto às pessoas em situação de rua, e nos diálogos estabelecidos. Vale ressaltar que as análises e os resultados expostos são apontamentos preliminares.

Palavras-chave: População em situação de rua. Formação política. Movimentos sociais. Prática educativa.

INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre população em situação de rua podemos considerar certas características comuns em relação às pessoas que compõe este segmento. Trata-se, em sua maioria, de pessoas que tem seus vínculos familiares interrompidos/fragilizados, encontram-se em situação de pobreza extrema, acomodam-se em logradouros e locais públicos pela inexistência de moradia convencional, não exercem nenhum trabalho regular, e lidam constantemente com situações de violações de direitos. Para Escorel (2000, p.155) o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações.

Embora este segmento componha parte expressiva da sociedade e ainda que cada vez mais tenha sido percebido nos centros urbanos, no Brasil, nem todos os Estados e municípios apresentam um censo para o acompanhamento/registro desses indicadores. Dessa forma, informações a respeito deste grupo ficam limitadas a estudos ocasionais, e a construção de políticas públicas de atendimento às pessoas em situação de rua são afetadas negativamente. Em que pese haja uma movimentação por parte do Estado brasileiro, desde a década de 1990, para a formulação de políticas públicas para a população em situação de rua, o que vemos são ações políticas de caráter discriminatório, medidas de higienização social deste grupo nos centros urbanos pautadas na violência. Nesse sentido, o Estado legitima o ideário da classe dominante, que discrimina e culpabiliza o sujeito pela situação em que se encontra, como se o Estado de Direitos fosse, realmente, de direitos para todos (MDS, 2008).

A população em situação de rua não é composta por pessoas alheias ao que acontece no mundo, incapazes de questionar sua própria condição ou àquilo o que lhes é de direito, desinteressados em transformar suas realidades e a superar este estado. A lide do dia a dia exige dessas pessoas certas habilidades para encarar as dificuldades da vida/sobrevivência nas ruas e, embora alguns optem pela solidão, muitas vezes por questões de segurança, outros, preferem enfrentar essa situação em grupo criando fortes vínculos com pessoas que compartilham da mesma condição e assim, vão aprendendo a conviver numa sociedade que tem suas próprias regras. São pessoas que apresentam histórias de vida tão comuns à outras tantas histórias, a situação de rua muitas vezes fora conduzida em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista (SILVA, 2009, p.137).

Para compreender com maior clareza a relação existente entre o modo de produção capitalista e a geração do fenômeno em estudo, o percurso metodológico adotado nesta pesquisa orientou-se pelas diretrizes do materialismo histórico-dialético por compreender que a macroestrutura estabelece as pré-condições das microestruturas e que um fenômeno nunca é gerado por um único determinante.

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o processo de formação política da população em situação de rua enquanto prática educativa, e compreender os reflexos do amadurecimento de uma consciência política, por meio desta atividade, no fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua de Natal/RN – MNPR/RN. Dentre os objetivos específicos destacam-se compreender as múltiplas determinações que geram o fenômeno da população em situação de rua; considerar discussões clássicas a respeito das lutas sociais e organização dos movimentos sociais; Falar da prática pedagógica presente no movimento enquanto construção de estratégias de persuasão, esclarecimento e moralização dos sujeitos envolvidos.

Os instrumentos teórico-metodológicos utilizados nesta pesquisa parte de estudos bibliográficos acerca da temática que resgatam discussões sobre os marcos legais de criação do MNPR, como também, considerações a respeito do embate dos movimentos sociais em busca da garantia de políticas públicas como parte da dívida histórica do Estado com este segmento populacional, estudos diversos que subsidiarão as discussões e ponderações presentes. Para a construção/coleta de dados será realizado o registro/análise do diário de campo, entrevistas semiestruturadas, e diálogos informais com a população em situação de rua que estejam envolvidos nas atividades de formação política do Movimento Nacional da População de Rua desenvolvidas em Natal/RN.

Para isso, iniciaremos este trabalho trazendo uma breve caracterização do grupo estudado. Informações acerca do perfil preponderante das pessoas em situação de rua, quesitos referentes à sexo, escolarização e raça.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CARACTERIZAÇÃO

O fenômeno população em situação de rua é originado por múltiplas determinações, dentre as mais recorrentes, encontra-se a configuração da sociedade capitalista vigente, produzindo e reproduzindo os processos de acumulação do capital através da detenção dos

meios de produção por parte da burguesia, em contraponto, à venda da mão de obra mal paga e explorada dos trabalhadores.

No capitalismo, a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital (SILVA, 2009) e não o trabalhador. Compreende-se que a pobreza decorre não apenas da não distribuição da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção. A desigualdade social e a pobreza constituem um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo, tornando-se, uma das condições caracterizadoras da população em situação de rua.

Numa sociedade capitalista que se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, a legitimidade social, a dignidade pessoal se afirma através da ética do trabalho (VIEIRA, 1992). Diante dessa conjuntura, a população de rua é estigmatizada pela sociedade e pela classe trabalhadora em particular, pois, não obtém os recursos e condições necessárias à permanência e qualificação profissional nos parâmetros desejados pelo mercado de trabalho, e, por isso, não se encaixam na forma legítima de vida estabelecida socialmente, tendo seus caminhos traçados à pobreza. Evidentemente, há outros aspectos que influenciam na existência da população em situação de rua. Em termos gerais, há problemas de ordem pessoal por parte de alguns indivíduos nesta condição que os levaram até as ruas, dentre os motivos estão: conflito/violência familiar, dependência química (que muitas vezes apresenta-se como consequência desta condição e não causa), fluxos migratórios de mão de obra, a redução e desvalorização das atividades de baixa qualificação.

Segundo dados divulgados pelo MDS (2008), há 50 mil pessoas em situação de rua em todo o país. Entre 23 de fevereiro à 26 de março de 2015 foi realizado o levantamento censitário da população em situação de rua da cidade de São Paulo. Esta pesquisa ¹ gerou alguns dados, dentre os quais darei destaque a quatro informações que também foram contempladas em uma pesquisa realizada em Natal/RN em 2010. Em São Paulo, foram identificadas 15.905 pessoas em situação de rua no ano de 2015², majoritariamente, 88% são do sexo masculino. No estado do Rio Grande do Norte, em 2008, foi contabilizado 233 adultos em situação de rua na capital de Natal segundo dados do MDS.

¹ Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo;

² Todos os levantamentos censitários foram realizados pela FIPE, exceto o de 2011, que foi realizado pela FESP Fundação Escola de Sociologia e Política.

Dois anos depois, em 2010, de acordo com um estudo realizado pelo Centro Universitário da Faculdade de Ciências e Cultura e Extensão do RN (UNIFACEX³) em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), em Natal este número aumentou para 2.200 pessoas em situação de rua. Deste total, 61% do grupo é composto pelo sexo masculino⁴. Com base nesses dados, é possível perceber algumas características comuns do segmento comparando as capitais supracitadas, a maior parte da população estudada é composta por homens. Estas informações são comuns à outras capitais, como podemos ver a seguir.

Tabela 1 - População em situação de rua, por sexo: Porto Alegre - 1995/1999, Belo Horizonte - 1998/2005, São Paulo - 2000/2003, Recife - 2004/2005

	Ano	Masculino	Feminino	Total
		%	%	%
Porto Alegre	1995	77	23,00	100
	1999	76,8	23,20	100
Belo Horizonte	1998	77,95	22,05	100
	2005	85,65	14,35	100
São Paulo	2000	83,59	14,69	100
	2003	84,31	13,65	100
Recife	2004	70,00	30,00	100
	2005	67,63	32,37	100

Fonte: Elaborada a partir das pesquisas “A realidade do morador de rua de Porto Alegre”, 1995; “Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre”, 1999; “I Censo de população de rua de Belo Horizonte”, 1998; “II Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte”, 2005; “I Censo da população de rua da cidade de São Paulo”, 2000; “Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua”, 2003; “Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade de Recife em 2004”; “Censo e análise qualitativa da população em situação de rua em Recife em 2005”. (SILVA, pag.147, 2009).

Para além da informação com relação ao sexo predominante na composição deste segmento, quanto a cor declarada dos sujeitos que o compõem, temos dados que indicam que a maioria do grupo são “não brancos” podendo auto declarar-se negro, pardo, amarelo ou indígena. De acordo com as mesmas pesquisas já mencionadas, em São Paulo o percentual de

³ Faculdade de Ensino superior, instituição privada, localizada na Rua Orlando Silva, 2897 – Capim Macio – CEP 59080-020 – Natal/RN.

⁴ Fonte: UFRN. Relatório Descritivo - Tabelas e gráficos das variáveis isoladas das pesquisas (2013-2016): “Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade de Natal: Investigando Limites e Possibilidades de Vida” & “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: Conhecer Intervindo em Contextos de Vulnerabilidade Social” (PROPESQ/UFRN). Natal, 2016.

pessoas em situação de rua que não se identificam de raça branca são 72,1%. Em Natal pouco menos da metade não se declaram brancos, compondo 47,2% do total (PROPEQ/UFRN, 2006).

No que diz respeito a formação escolar da população em situação de rua de Natal, num levantamento⁵ realizado, mais da metade não concluiu o ensino fundamental (50,9%), 6,92% não sabe ler nem escrever, 10,7% completaram o ensino fundamental e 13,2% concluíram o ensino médio, essa e outras informações podemos conferir em:

Tabela 2 – Comparativo entre percentuais de São Paulo e Natal a respeito da caracterização do segmento população em situação de rua das duas capitais

	SÃO PAULO	NATAL
QUANTIDADE GERAL IDENTIFICADA	15.905	2.200
SEXO MASCULINO	88%	61%
NÃO BRANCOS (negros/ pardos/ amarelo/ indígena)	72,10%	42,20%
NÃO ALFABETIZADOS	9,60%	6,92%
COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	15%	10,70%
COM ENSINO MÉDIO COMPLETO	16,60%	13,20%

Fonte: Dados da pesquisa Censitária realizada em São Paulo e do Relatório Descritivo elaborado pela PROPEQ/UFRN em Natal.

Pela baixa escolarização do segmento constatada através dos dados apresentados, podemos inferir certos apontamentos relacionados ao comprometimento de necessidades básicas da convivência social: saber a ler e escrever, comprometimento do desenvolvimento cognitivo, capacidade de argumentação crítica fragilizada e grandes chances de desemprego.

Pelas informações supracitadas, podemos conhecer basicamente que independente da cidade a qual pertençam essas pessoas, certas características se repetem. O fato de que o sexo predominante deste segmento seja o masculino não é por acaso. As condições de permanência das mulheres nas ruas são decadentes, por apresentarem necessidades diferentes das dos

⁵ Levantamento realizado com 159 pessoas em situação de rua da cidade de Natal/RN.

homens, elas preferem abrigar-se em locais menos expostos, não significa que consigam. Para além dos abusos sexuais recorrentes as mulheres têm de lidar com a falta de locais apropriados para sua higienização pessoal que em dias normais já é difícil, quem dirá durante suas fases de menstruação. Por esses e outros motivos, a frequência das mulheres em Albergues ⁶ é maior e a procura por serviços de atendimento clínico, como por exemplo a assistência fornecida pelo Consultório na Rua⁷.

Traçada essas breves considerações a respeito do perfil que compõe este segmento, podemos então partir para as ponderações acerca do movimento social da população em situação de rua, protagonizado por essas pessoas, e que traz como principais pautas de reivindicação o acesso à saúde, trabalho/renda, habitação, educação.

MNPR – MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS DO MOVIMENTO

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 2012, p.20 apud GOHN, 1988).

A busca pelo atendimento das demandas da população em situação de rua acontece há alguns anos, muitos entraves ocorreram até o dado momento. Alguns momentos de conquistas e muitos outros de perdas, no entanto, uma das características fundamentais de todo e qualquer movimento social é o interesse coletivo que une e fortalece as relações internas entre os indivíduos e se revelam na organização e mobilização de todos em busca de um bem comum.

Os movimentos sociais se formam quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes (GOHN, 2008, p.101 apud TARROW, 1994:18 e 23).

Em 2004, um episódio violento contra um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam no centro da cidade de São Paulo aconteceu. Este fato é conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido entre os dias 19 e 22 de agosto deste mesmo ano, em que, segundo registros, sete moradores de rua foram mortos e quinze ficaram gravemente feridos após a ação truculenta de agentes do estado em detrimento das ordens de limpeza social naquele

⁶ Em Natal refere-se ao Albergue Municipal de Natal/RN instituído em 2011.

⁷ Serviço ligado ao Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria Municipal de Saúde de Natal, com o objetivo de ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde.

espaço. Desde então, iniciou-se uma movimentação por parte dos próprios moradores de rua, fortalecida por outros movimentos sociais, na composição de uma organização nacional⁸ que denunciavam a violência, o descaso e a impunidade contra este grupo. Também denunciavam a falta de habitação, políticas públicas de trabalho, educação, saúde, e assistência social.

Como consequência dessas movimentações, a pauta de reivindicações e denúncias da problemática passou a fazer parte da agenda do Governo Federal. Em 2005 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assumiu essa discussão, possibilitando a participação da sociedade civil na discussão e formulação de políticas públicas destinadas a esse segmento populacional.

Em 2006, a Presidência da República cria um Grupo de Trabalho Interministerial, expandindo o debate desse contexto para as áreas da saúde, educação, direitos humanos, habitação e cultura. Três anos depois, durante o governo Lula, é instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, através do Decreto Presidencial nº7. 053/2009 (BRASIL, 2009). Segundo o Decreto Presidencial a população em situação de rua é entendida da seguinte maneira:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.01).

Dentre os princípios delimitados na Política Nacional para a População em Situação de Rua destacam-se os artigos 5º e 6º e seus respectivos incisos:

Art.5º I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art.6º I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; (BRASIL, 2009, p 1-2).

Apesar disso, ainda predominam as práticas de assistencialismo que não resolvem o problema, é urgente a necessidade de uma política pública que possa garantir o acesso à moradia, emprego, saúde e estudo a essas pessoas, afim de que essas medidas venham a

⁸ O Movimento Nacional População de Rua (MNPR) fundado em 2005 assume a representação nacional da luta dos moradores em situação de rua do país.

contribuir para a superação da condição de vulnerabilidade e de invisibilidade em que se encontram.

Em Natal/RN o Movimento da população em situação de rua deu seus primeiros passos em 2012 por meio da articulação entre o Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) e a coordenação nacional do MNPR estabelecida em um evento determinante para a mobilização de representantes do Movimento em terras potiguares. Desde então, a luta vem crescendo, a cultura política do movimento tem se fortalecido e atraído cada vez mais pessoas interessadas em vincular-se à causa, pessoas em situação de rua ou provindas de instituições, como por exemplo, a Universidade e centros de atendimento sócio assistenciais. A liderança do Movimento no RN, atualmente, concentra-se na figura de um ex morador de rua escolhido democraticamente pelo grupo em 2012 para desempenhar esse papel, com ele, outros representantes vêm assumindo atribuições importantes na organização do movimento local.

Há no município de Natal dois aparelhos sócio assistenciais de atendimento às pessoas em situação de rua, sendo eles: o Albergue Municipal de Natal/RN instituído em 2011 e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua – Centro Pop (recentemente alocado em um espaço físico independente do Albergue Municipal, entretanto, ainda sem recursos materiais e de mantimento que sustentem o local. As equipes que desenvolvem serviços para este segmento populacional lidam constantemente com a falta de condições de trabalho e de ações em rede e intersetoriais que possam efetivamente oferecer respostas aos dramas cotidianos dessas pessoas.

Como forma de fortalecimento das pautas e reivindicações desejadas pelo grupo a formação política se apresenta como ferramenta de organização e planejamento das ações desejadas, de estratégias de persuasão, esclarecimento e moralização do grupo.

FORMAÇÃO POLÍTICA: O CARÁTER EDUCATIVO DO MOVIMENTO SOCIAL

Os momentos de formação política acontecem mediante a presença de uma educadora social, ex moradora de rua, que articula o grupo para discutir assuntos de interesse coletivo. Estes encontros, promovidos pelo MNPR/RN, acontecem uma vez por semana em uma sala de aula cedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, apesar desses momentos serem realizados em uma sala de aula convencional, a prática educativa desses encontros nada se assemelha ao que conhecemos de uma aula formal.

Compreende-se que a educação atua como ferramenta essencial para o desenvolvimento da autonomia do sujeito fazendo com que este se perceba como construtor e transformador da realidade em que vivemos. A educação consiste em uma ferramenta de organização política dos sujeitos e luta por direitos. Com ela as chances de reinserção destas pessoas no mercado de trabalho e a superação da extrema pobreza tornam-se mais palpáveis. Mas, como transformar a realidade se não temos as ferramentas necessárias? E ainda, que ferramentas são essas?

Tratando-se de um grupo que está às margens da sociedade, é indiscutível que direitos básicos da vida humana lhes são negligenciados, sendo assim, a educação certamente não está na lista de prioridades na vida dessas pessoas, o que nega a inexistência de um desejo ao conhecimento por parte delas. É possível e necessário indagar a respeito da real importância que a educação assume na vida desses sujeitos que tem fome, não de livro e, talvez, não de conhecimento formal, mas sim de comida, que tem saudade, não da escola com suas carteiras alinhadas e um professor detentor do saber pleno ditando ordens, mas sim dos seus vínculos familiares e culturais.

Paixão, saudade, tristeza, esperança, desejo, sonhos rasgados, mas não desfeitos, ofensas, saberes acumulados, nas tramas inúmeras vividas, disponibilidade à vida, temores, receios, dúvidas, vontade de viver e de amar. Esperança, sobretudo (FREIRE, 2011, p. 49). Sabe-se que as necessidades emergenciais são outras, no entanto, estas constatações não devem ser interpretadas como justificativa para não pensar uma prática educacional que esteja de acordo com os anseios desses sujeitos e que colaborem para o reconhecimento social desse grupo, bem como, pela conquista de direitos através de políticas públicas.

Logo, os encontros de formação política apresentam traços semelhantes ao que conhecemos da metodologia aplicada na educação popular. Esclarín (2005, p.33-34) afirma:

O objetivo da Educação Popular não pode ser apenas fornecer conhecimentos, habilidades, promover os educandos, dar títulos e certificados, mas deve-se orientar para a formação de pessoas plenas, modelar corações fortes, solidários, gerar cidadãos capazes de comprometer-se com o bem comum, conscientes de que a sobrevivência da humanidade passa pela convivência, e que o egoísmo, o individualismo e as agressões à natureza, são formas anunciadas de suicídio. Precisamos atrever-nos a transformar os centros educativos em oficinas de humanismo, e a fornecer títulos de pessoas verdadeiras. A educação não pode ser apenas um meio de ganhar a vida, precisa ser essencialmente um meio de oferecer a vida aos outros, provocar neles a vontade de viver com sentido e com projeto, com metas e ideias.

Entende-se que a educação deve promover não o conformismo e a obediência, mas a liberdade de pensamento e de expressão, o espírito crítico sincero, construtivo e honesto. À

luz dos pensamentos de Freire (1997) e outros teóricos, considera-se que a educação é um campo catalisador de transformações sociais profundas, sendo ela em caráter formal ou informal.

Os encontros de formação política são o núcleo de desenvolvimento do processo educativo no Movimento em Natal/RN. Algumas atividades de aprendizagem são realizadas nos equipamentos sócio assistenciais de atendimento à população em situação de rua, como por exemplo, as oficinas de cinema e debate, produção de artes (com papel machê, pinturas, reciclagem, etc.) promovidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua – Centro Pop.

A participação nessas atividades não é obrigatória, no entanto, muitos dos envolvidos ao relatarem suas impressões sobre tais aprendizagens citam:

Aprender a fazer dobradura, mexer com papel machê... Quem quer saber disso?! O que interessa para gente é alguma coisa que a gente possa trabalhar, aprender hoje e procurar trabalhar com isso amanhã. Aprender a mexer com eletricidade para fazer “bico”, ser cabeleireiro (POPRUA 1. Ago, 2016.).

A partir dessa fala percebemos claramente o caráter emergencial na necessidade de se apropriar de um dado conhecimento que proporcione a eles uma mínima possibilidade de ganho (financeiro) com tal aprendizagem visando sua sobrevivência, em outros termos, “o pão de cada dia”. Esse é o desejo da maioria e alguns esforços têm sido feitos para possibilitar o ensino desse tipo de atividade mencionada no depoimento. No entanto, o que não podemos ignorar é que há uma lógica perversa envolvida nesse tipo de oferta.

A capacitação em certos tipos de atividade profissional não significa superação da condição de rua, ou ao menos conquista de direitos. O que acontece é uma manutenção da pobreza, ao mesmo tempo em que habilitamos essas pessoas a trabalharem com algo, as conduzimos a ocuparem funções precarizadas nos postos subalternos da sociedade. No vai e vem dos dias, por não possuírem as condições mínimas necessárias para bancar os dias em que não houve nenhum lucro elas continuam condicionadas à situação de rua.

Isso não quer dizer que nada deva ser feito, ou que as atividades de capacitação dessas pessoas no mercado de trabalho, ainda que em postos subalternos, não deva ser apresentada como um caminho. Entretanto, devemos reconhecer que assim como a educação não basta para emancipar um sujeito, esse tipo de ocupação também não é garantia de segurança. Sendo assim a busca pela conquista de políticas públicas através da mobilização política dos sujeitos que compõem esse segmento se constitui como a ferramenta mais forte de enfrentamento.

Outra iniciativa interessante ocorrida na formação política fora a criação de “células de debate”. Essa ideia surgiu a partir de uma discussão do grupo em relação à divulgação das informações sobre tudo o que envolve os interesses e demandas do Movimento de Natal nas agendas de Brasília. O interesse coletivo é de que as articulações realizadas em Brasília, através do representante local do movimento, fossem compartilhadas com o grupo para um acompanhamento mais próximo do que está sendo feito. A queixa era de que certas informações não são repassadas devido à ausência do representante local em alguns momentos de encontro do grupo, e por isso, alguns sentem-se alheios àquilo o que está sendo feito pelo movimento.

Esse momento culminou na criação de seis células de debate com o objetivo de proporcionar ao grupo o diálogo sobre temas e questões escolhidas a partir do interesse de todos, por isso, os temas de discussão delimitados para cada célula foi definido por votação e sugestão do grupo. Sendo assim, as células abrangem as temáticas: saúde; serviço social; habitação; eventos/divulgação; economia solidária (trabalho e renda); educação popular.

Para a mediação de cada célula foram escolhidas pelo menos duas pessoas para estar à frente do processo de desenvolvimento das discussões, dentre as pessoas escolhidas o critério estabelecido foi de que pelo menos uma delas tivesse familiaridade com a temática, ou ao menos, interesse pela busca de informações que pudessem ser compartilhadas com o grupo. Ao final deste processo, cada célula foi contemplada pela liderança de uma pessoa em situação de rua e outra vinculada a Universidade ou a alguma instituição de trabalho/atendimento do segmento, membros frequentes dos momentos de formação política.

Essa deliberação ressalta o princípio básico da organização deste Movimento, a da democratização das ações. Ainda que haja um representante, uma liderança do grupo, deve-se prezar sempre pela participação de todos nos processos de construção do movimento, em aspectos organizacionais, e no desenvolvimento de atividades propostas. Mesmo que pareça simples e aceita por todos, essa democratização nem sempre funciona. Alguns integrantes do movimento não se sentem representados pelo líder, não acreditam na força deliberativa das ações do movimento e não trazem propostas construtivas de mudanças.

Os encontros de formação política representam mais que um momento de conversa e controvérsias, são momentos formativos de sociabilidade, da aprendizagem de práticas de convivência, do respeito ao próximo, da argumentação e contra argumentação, oportunidade de ouvir e ser ouvido, resgate de uma autoestima perdida pela invisibilidade da sua condição.

Ser ouvido nas reuniões e assumir o papel de porta voz do grupo, em dado momento, produz ares de esperança nessas pessoas, esperança em si e no grupo. A formação política consiste em momentos preciosos para fortalecer vínculos e quebrar estigmas desse grupo sobre ele mesmo, e das pessoas que se aproximam para conhecer mais sobre as pessoas em situação de rua e sua realidade.

CONCLUSÃO

As ponderações realizadas nesta pesquisa foram geradas com o intuito de apresentar a população em situação de rua segundo aspectos já conhecidos e também outros pouco considerados, o da formação e atuação política.

Certas características já são bem conhecidas pelo imaginário social, e infelizmente elas não fazem parte apenas de um imaginário. Trata-se de pessoas que vivem à margem da sociedade, sem moradia, sem renda, com vínculos familiares fragilizados e que lidam diariamente com a violação de direitos básicos à dignidade humana.

Os levantamentos realizados pelas pesquisas em São Paulo e em Natal nos revelaram certas características comuns ao segmento, independente da cidade em que se encontram, aspectos relacionados à predominância do sexo masculino, à pouca escolarização e à hegemonia etnicorracial composta por pessoas pretas e pardas. Essas semelhanças não revelam uma certa tendência ao pauperismo de acordo com tais características, pelo contrário, a condição de miséria é resultado de processos históricos e sociais, marcado pela desigualdade econômica, pela má distribuição de renda, frutos do racismo, traços que marcam o contexto de constituição e formação da sociedade brasileira, produzindo e reproduzindo determinadas mazelas sociais.

Considerando as particularidades do público alvo desta pesquisa é certo afirmar que o desenvolvimento de qualquer atividade com este segmento configura-se em um grande desafio para os profissionais atuantes. Pessoas em situação de rua, em sua maioria, encontram-se na condição de andarilhos, sendo assim, o trabalho contínuo com este grupo muitas vezes torna-se impossível. Opta -se muitas vezes pelo desenvolvimento de atividades espontâneas, emergenciais, e de curto prazo o que resulta em atividades “passatempo” pouco contribuintes para a formação destes sujeitos.

A atuação do educador neste contexto não deve ser direcionada à um ato de assistencialismo, considerando que a construção do saber se estabelece a partir da troca de

conhecimentos, é necessário ouvir os educandos, suas expectativas e anseios para que o planejamento pedagógico nesta perspectiva atinja os reais interesses desse público. Construir conhecimento a partir do contexto dos educandos não significa, no entanto, estagnar-se. Atuar a partir do contexto significa construir caminhos para avançar o conhecimento a partir de uma prévia identificação do educando com o conteúdo/atividade/proposta almejada.

Embora este segmento seja composto por pessoas afetadas por múltiplos estigmas socialmente construídos, e ainda que tenham que lidar com questões emergenciais de sobrevivência humana, como por exemplo, ter o que comer e onde se abrigar, este grupo é potencialmente capaz de se organizar enquanto movimento social, composto por sujeitos dotados de consciência política, de cidadãos de direitos e de militantes em buscas de mudanças sociais.

A formação política, enquanto prática formativa, tem como objetivo possibilitar as pessoas em situação de rua a apreensão de conhecimentos a respeito dos seus direitos, a reivindicação pela criação de políticas públicas e construção da pauta de lutas do Movimento. Se não houver a consciência de direitos, não há movimento social. Neste sentido, a formação política atua para alertar, formar, construir estratégias de luta e atuação em busca da conquista por direitos. No âmbito acadêmico são poucos os estudos, projetos de pesquisa e extensão voltados para o trabalho e conhecimento do fenômeno da população em situação de rua, e é urgente a necessidade de que profissionais de diferentes áreas possam se apropriar deste assunto para que venham futuramente colaborar para as mudanças pretendidas às pessoas nesta condição.

A invisibilidade da questão social aqui discutida, muitas vezes gera a sensação de que não há nada para ser enxergado ou feito, naturaliza-se o problema e abre-se mão de mudanças reais. No entanto as vozes que um dia foram pronunciadas ao vento, ignoradas por tantos, passaram a clamar por outras coisas para além de um “trocado” ou de uma “ajuda”, essas vozes se encontraram e juntas proclamam um grito de transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara Ferreira de. **População em Situação de Rua e o retorno à educação escolar::** entre dificuldade e possibilidades. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/30.pdf>
Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. **MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). META** INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Sumário Executivo. Brasília: MDS/Meta, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal. Lei nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Dá Outras Providências. Brasília, DF. Obtido em 17 de agosto de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.html

ESCLARÍN, Antonio Pérez. **A educação popular e sua pedagogia.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ESCOREL, Sarah. *Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro.* In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores.* Brasília: Garamond, 2000. P. 139-171.

FERRO, M. C. T. (2012). **Política Nacional para População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados.** *Revista Direitos Humanos*, Brasília, n. 08, p. 35-39.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. - (Mundo do trabalho).

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Cartilha para Formação Política: Conhecer Para Lutar,* 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, M. A C. et cols., **População de rua. Quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: HUCITEC, 1992.